

Brotéria

Cristianismo e Cultura

2/3

VOL. 169

A EXPULSÃO DOS JESUÍTAS • 250 ANOS • 1759-2009



ANA LEITÃO

ANTONIO ASTORGANO ABAJO

ANTÓNIO JÚLIO LIMPO TRIGUEIROS, SJ

ANTÓNIO VAZ PINTO, SJ

CARLOS CABECINHAS

CARLOS A. MARTÍNEZ TORNERO

CHRISTINE VOGEL

FRANCISCO PIRES LOPES, SJ

INMACULADA FERNÁNDEZ
ARRILLAGA

JOSÉ EDUARDO FRANCO

MAR GARCÍA ARENAS

MARIA DE LURDES CRAVEIRO

MARIAGRAZIA RUSSO

MIGUEL CORRÊA MONTEIRO

MIGUEL REAL

TIAGO C. P. DOS REIS MIRANDA

ZÍLIA OSÓRIO DE CASTRO

Agosto/Set 2009

Brotéria

2/3

Cristianismo e Cultura

VOL. 169

Agosto/Setembro 2009

Série Mensal

Assinatura para 2009: Portugal 47,00 € (IVA incluído); U. Europeia 90,00 €; Outros países 95,00 €

Este número avulso: 15,00 € (IVA incluído)

Números atrasados (+3 anos): preço actual

NIB: 0007 0101 00461660002 25

COMPRENDENDO
O
DO ESTADO
DA UNIVERSIDADE
COIMBRA
NO TEMPO DA INVASÃO DOS DENOMINADOS
JESUITAS
DOS ESTRAGOS
FRITOS NAS SCIENCIAS
E NOS PROFESSORES, E DIRECTORES
QUE A REGIAO
PELAS MAQUINAÇOES, E FURTIVIDADES
DOS NOVOS ESTATUTOS
POR ELLES FABRICADOS

Na capa:

Gravura “**Alegoria à expulsão dos Jesuítas**”.

Agradecemos à Sociedade Martins Sarmento,
nas pessoas do seu Presidente,
Dr. António Amaro das Neves,
e do seu Director, Dr. Eduardo Brito,
a amável cedência da imagem desta gravura,
pertencente ao seu acervo.

ISSN 0870-7618

Depósito Legal 54960/92

Tiragem: 1350 exs.

Brotéria

Cristianismo e Cultura



- Director** *António Vaz Pinto S.J.*
- Conselho de Direcção** *Manuel Morujão S.J.*
Domingos Terra S.J.
- Conselho de Redacção** *Alfredo Dinis S.J.*
António Júlio Trigueiros S.J.
Daniel Serrão
Domingos Terra S.J.
Emília Nadal
Francisco Sarsfield Cabral
Henrique Leitão
Isabel Horta Correia
João Norton S.J.
Mário Garcia S.J.
Miguel Corrêa Monteiro
- Recensão e Crítica** *Francisco Pires Lopes S.J.*
Isidro Ribeiro da Silva S.J.
- Bibliotecário** *António Júlio Trigueiros S.J.*
- Secretariado** *Ana Maria Pereira da Silva*
Ana Rodrigues
Isabel Tovar de Lemos
- Design Gráfico** *Teresa Olazabal Cabral*
- Propriedade** *Brotéria — Associação Cultural e Científica*
NIPC 503312070
- Direcção, Administração,
Assinaturas e Distribuição** *R. Maestro António Taborda, 14 • 1249-094 Lisboa*
Tel. 21 396 16 60 - Fax 21 395 66 29
E-mail: broteria@gmail.com
NIB: 0007 0101 00461660002 25
- Composição e impressão** *Oficinas Gráficas de Barbosa & Xavier, Lda., Braga*
Rua Gabriel Pereira de Castro, 31-A e C • 4700-385 Braga
Tels. 253 618 916 / 253 263 063 - Fax 253 615 350
NIPC 500041539

ÍNDICE

- 111 *António Vaz Pinto, S.J.*
250 anos da expulsão dos Jesuítas - 1759-2009 -
- 113 *Zília Osório de Castro*
Sob o signo da unidade. *Regalismo vs. Jesuitismo*
- 135 *Tiago C. P. dos Reis Miranda*
Memória por alvará: registos legais / monumentos políticos
- 149 *António Júlio Limpo Trigueiros, S.J.*
«O Negócio Jesuítico» e o papel da política regalista portuguesa
- 169 *Miguel Real*
Padre Gabriel Malagrida e o Marquês de Pombal
- 191 *Mar García Arenas*
Ecos de uma expulsão: paralelismos e divergências no desterro dos jesuítas ibéricos
- 209 *Mariagrazia Russo*
O ensino linguístico dos Jesuítas e a oposição no Século das Luzes
- 225 *Ana Leitão*
O significado da expulsão dos jesuítas na educação brasileira
- 239 *Maria de Lurdes Craveiro*
O espaço jesuítico em Coimbra – em torno da expulsão e depois

- 255** *Carlos A. Martínez Tornero*
Estudo comparativo sobre a aplicação das temporalidades espanholas e portuguesas
- 271** *Inmaculada Fernández Arrillaga*
O desamparo dos Jesuítas Portugueses durante o seu desterro nos Estados Pontifícios
- 287** *Miguel Corrêa Monteiro*
O pagamento das cômguas aos Jesuítas portugueses exilados em Itália no reinado de D. Maria I
- 315** *Antonio Astorgano Abajo*
Para uma periodização da literatura dos jesuítas portugueses expulsos (1759-1814)
- 337** *Carlos Cabecinbas*
Manuel de Azevedo, S.J. – um ilustre exilado (1713-1796)
- 349** *José Eduardo Franco e Christine Vogel*
Um acontecimento mediático na Europa das Luzes: A propaganda antijesuítica pombalina em Portugal e na Europa
- 507** **Recensões**

O espaço jesuítico em Coimbra – em torno da expulsão e depois

Maria de Lurdes Craveiro*

O ano de 1759 revelar-se-ia um marco decisivo em Portugal, não apenas para a Companhia de Jesus mas também para uma dinâmica que, a breve prazo, se haveria de implementar em Coimbra. Com efeito, o amplo complexo jesuítico que, a partir de 1547 e sob os planos iniciais do arquitecto Diogo de Castilho, transformou a plataforma nas proximidades da Universidade e do Paço Episcopal em pólo de intensa dominação alternativa esgotava-se então para dar lugar a outro programa político e educativo. Compreender a extensão da Reforma Pombalina para a Universidade de Coimbra bem como a sua projecção nos circuitos internacionais de poder e saber implica, assim, uma ponderação sobre a real importância assumida pela milícia de Santo Inácio ao longo de cerca de dois séculos. Não foi ao acaso que o Marquês de Pombal elegeu a Companhia como principal inimigo a abater como não é fortuita a ocupação dos seus espaços em Coimbra, com os principais equipamentos lectivos que, a partir de 1772, haveriam de ditar a fortuna crítica da Universidade renovada.

Em Coimbra, e em consonância de procedimentos com outros circuitos jesuíticos, o formidável complexo que cresce na parte alta da cidade, desactivando para sempre uma implantação inicial (1555-1565) sobre o primitivo Colégio das Artes, traduz um percurso brilhante que concilia erudição e capacidade de intervenção política. Chegados à cidade em 1542, os primeiros jesuítas, liderados pelo enérgico Simão Rodriguês,

* Docente no Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

tiveram acolhimento no mosteiro de Santa Cruz e rapidamente criaram as condições para a ocupação do Colégio das Artes (a funcionar desde 1548). A experiência humanista implementada aqui por André de Gouveia e arrebatada em 1555 pela Companhia de Jesus deixaria, decorridos 10 escassos anos, o espaço vago para a Inquisição. De facto, os constrangimentos desta área apertada entre o mosteiro crúzio e o colégio cisterciense do Espírito Santo depressa levaram à reivindicação de local adequado à montagem da complexidade do projecto jesuítico. Até aos finais do século XVI sucederam-se os projectos em contínua adaptação para a nova edificação, em intensa cooperação de esforços com a estrutura inaciana aos mais altos níveis. Em 1547 estavam enfão criadas as condições para a materialização de um projecto sucessivamente reconfigurado e que só seria, no essencial, terminado pelos meados do século XVII. Não subsiste memória dos planos iniciais de Diogo de Castilho como se desconhece a substância de uma estratégia construtiva que contou também com os apoios da estrutura camarária, da Universidade e do poder régio. Desactivado o projecto régio da instalação de um pólo universitário nessa zona, na tentativa de libertação do paço dos Estudos aí instalados desde 1537¹, os jesuítas foram conquistando um espaço cada vez mais alargado ao mesmo tempo que o vizinho Colégio de S. Jerónimo o ia perdendo. Em sintonia com os novos tempos, a segunda metade do século XVI expressará a vitalidade das propostas de Santo Inácio à medida que se vai diluindo a energia protegida dos frades jerónimos, agora sem espaço cultural adequado à *devotio moderna* contida no sentido humanista que tinha dado corpo aos reinados de D. Manuel e D. João III².

A 17 de Junho do preciso ano de 1547 estabeleciam-se os limites da cerca que

começará detrás do muro, que vem da Porta Nova, onde ha de ser um cunhal do dicto collegio, abaixo das casas de João de Sá, conego, e irá até o caminho que vem do Corpo de Deus, e vae para a igreja de S. Martinho, que está fora do muro, e seguirá o caminho até que venha defronte da outra cerca, que o dicto collegio tem sobre o muro, a qual vai entestar com a ermida de S. Sebastião³.

¹ A junção de todas as faculdades no paço dar-se-ia apenas em 1544: CRAVEIRO, Maria de Lurdes, *O Renascimento em Coimbra. Modelos e programas arquitectónicos*, dissertação de Doutoramento polic., Coimbra, FLUC, 2002, pp. 273-283; ROSSA, Walter, *Diversidade. Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*, [dissertação de Doutoramento policopiada], Coimbra, FCTUC, 2001, pp. 762-830.

² CRAVEIRO, Maria de Lurdes, *A Arquitectura «ao Romano»*, Pedroso, Fubu Ed., 2009, pp. 63-73.

³ MARTINS, Fausto Sanches, *A arquitectura dos primeiros colégios jesuítas de Portugal: 1542-1759. Cronologia. Artistas. Espaços*, [dissertação de Doutoramento policopiada], vol. I, Porto, FLUP, 1994, p. 29.

O complexo edificado que passará à Reforma Pombalina da Universidade pode avaliar-se pela conhecida gravura romana de 1732. Com grande nitidez, nela se cristalizam a igreja, com os equipamentos anexos, os colégios de Jesus e das Artes (em demarcação regulada mas em articulação directa) e a zona das cozinhas e do refeitório. Nas convulsões que se seguiram a 1772 foram, no essencial, respeitadas as estratégias planimétricas do vasto quadrilátero que englobava a igreja e o Colégio de Jesus como a definição do Colégio das Artes. Apenas a construção do Laboratório Químico haveria de imprimir outro sentido de regularização à área das cozinhas.

Os planos pombalinos para a ocupação do complexo jesuítico antecederam o ano de 1772. O acto político que revestiu a expulsão salvaguardava a possibilidade de reconfiguração das estratégias seguidas e impedia, ao mesmo tempo, o regresso dos padres da Companhia a um espaço agora esvaçado da missão religiosa. Nos circuitos anteriormente dominados pelos inacianos, apenas a igreja, com as dependências anexas e a frente da fachada sul para acolher o Cabido da nova Sé, mantiveram, a partir de 1772, a ligação à esfera do sagrado que nobilitava também a envolvência direccionada para os vários saberes universitários.

1772 ditou, assim, a visibilidade de redefinição de um programa pedagógico e religioso que se estendeu a uma outra concepção urbana destinada a exprimir a tutela qualificada do Estado. As funções catedralícias eram então desactivadas da velha igreja que, durante séculos, tinha assegurado a condução da diocese e foram conduzidas para a igreja jesuítica, onde haveriam de permanecer até hoje. À velha Sé caberia tanto o acolhimento temporário da Misericórdia e da Ordem de S. Francisco como o assumir do estatuto de igreja paroquial; no piso superior do claustro alojava-se outra peça fundamental da máquina de propaganda, a Imprensa da Universidade. No dia 21 de Outubro de 1772, a faustosa procissão formada entre a desactivada Sé e a igreja jesuítica integrava as forças mais representativas da cidade, numa demonstração de força justificada por imperativos de saber e de Razão. Incor-

porando o clero da cidade, o corpo universitário, os representantes da nobreza e as forças do exército, com o Reformador-Reitor, D. Francisco de Lemos, sob o palio transportando o Santíssimo, o cortejo que chegou à igreja jesuítica dava então por encerrado um capítulo de séculos e iniciava um outro em articulação mais directa (e física) com a Universidade. Com a alteração imposta, transitava também para a Sé Nova o espólio categorizado que deixou o velho edifício despido de paramentos, alfaias litúrgicas, relíquias, esculturas, pinturas, a pia baptismal, os sinos da torre, o relógio, mobiliário, o órgão, o cadeiral...

Em sintonia com os tempos, o processo de culpabilização dos jesuítas no alegado estado calamitoso do Ensino legitimava todo um procedimento reformista que encontrava no Reformador-Reitor o seu mais zeloso funcionário. A redacção do *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra* (1771) implicou a participação empenhada da Junta de Providência Literária e não escondeu os grandes objectivos em curso. Criteriosa e diligentemente, aqui ficaram dissecados os problemas do programa pedagógico jesuítico, bem como a sua inadequação a um futuro que se pretendia iluminado pela Razão e pela ciência experimental. Conduzida pela vontade de clarificação das «faltas» jesuíticas, a inteligência portuguesa ao serviço do dirigismo pombalino (e na qual se inscrevem nomes como frei Manuel do Cenáculo ou o Dr. João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho⁴) não se poupou a esforços no sentido de inviabilizar o protagonismo da Companhia de Jesus ou de colocar a «salvação» das ciências na protecção da política esclarecida de Pombal. Já a criação, em 1761, do Real Colégio dos Nobres se tinha constituído em poderoso ensaio na angariação de novas elites de conhecimento, destinadas ao preenchimento qualificado dos quadros administrativos do Estado e agora desligadas da tutela jesuítica; simultaneamente, a Real Mesa Censória garantia a vigilância sobre o corpo académico e assegurava a dependência da Educação aos superiores interesses do Estado⁵.

⁴ Da Junta de Providência Literária, presidida pelo Marquês de Pombal, faziam parte o cardeal da Cunha, frei Manuel do Cenáculo, D. Francisco de Lemos, João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, José Ricalde Pereira de Castro, Francisco António Marques Geraldês, Manuel Pereira da Silva e José Seabra da Silva: RODRIGUES, Manuel Augusto, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores. Para uma história da Instituição*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 151; ARAÚJO, Ana Cristina, «Dirigismo cultural e formação das elites no Pombalismo», *O Marquês de Pombal e a Universidade*, Coimbra, Imp. da Universidade, 2000, p. 33.

⁵ *Ibidem*, p. 19.

Em Coimbra, as críticas reformistas às práticas parenéticas de sentido aristotélico que mantinham a vigência dos filósofos «malditos», repetidamente denunciadas pela Junta que se constituiu para o efeito, levariam também à reformulação do corpo docente universitário, à constituição das duas novas Faculdades de Matemática e Filosofia (que se juntavam às Faculdades de Teologia, Leis, Medicina e Cânones) e, em suma, à projecção em 1772 dos novos Estatutos para a Universidade (contrariando as estratégias definidas nos antigos de 1653) que marcariam uma outra orientação, agora com forte visibilidade pragmática e experimental. Mas, na realidade, os propósitos pombalinos em direcção à consagração do ideário iluminista nos recintos do saber não deixavam de ocultar um trajecto jesuítico brilhante no capítulo científico, que só não tinha ido mais longe pelas sucessivas interferências (internas e externas à Companhia) nos programas pedagógicos desenvolvidos pelos Padres⁶. Progresso, ciência e razão, as palavras de ordem constantes de uma teoria que se quer actualizada e interventiva no século das Luzes, são categorias operativas no âmbito da generalidade dos colégios jesuíticos e atingem a conhecida carga de notoriedade, tanto no Colégio das Artes em Coimbra como na Universidade de Évora ou na Aula da Esfera instalada no Colégio de Santo Antão em Lisboa⁷. As propostas avançadas por Copérnico, Kepler, Galileu, Gassendi, Descartes ou Isaac Newton eram matéria enaltecida e discutida nos recintos escolares da Companhia, em oposição às directrizes estabelecidas pelo modelo escolástico, enquanto que a captação de intelectuais e professores estrangeiros (em esquemas de intensa mobilidade) dinamizava uma prática pedagógica afastada, afinal, dos repudiados circuitos peripatéticos. Ao longo do século XVIII, não faltariam também os exemplos, saídos das fileiras da Companhia, tradutores do novo espírito científico que, tal como o faria Luís António Verney, colocavam a razão e a experiência como os fundamentos da verdade e manifestavam um alinhamento explícito com os grandes avanços científicos nos campos da Astronomia, da Medicina, da Matemática ou da Física. E não foi, porventura, por acaso que o rei D. João V

⁶ MARTINS, Décio Ruivo, «As ciências físico-matemáticas em Portugal e a Reforma Pombalina», in *O Marquês de Pombal e a Universidade*, Coimbra, Imp. da Universidade, 2000, pp. 194-198.

⁷ LEITÃO, Henrique, *A Ciência na «Aula da Esfera» no colégio de Santo Antão 1590-1759*, Lisboa, 2007; AA.VV., *Sphaera Mundi: A Ciência na Aula da Esfera. Manuscritos científicos do colégio de Santo Antão nas colecções da BNP*, Catálogo de Exposição, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.

recrutou o jesuíta Diogo Soares para integrar a equipa formada com a participação italiana e cuja missão passou, entre 1730 e 1748, pelo levantamento das cartas geográficas no território brasileiro e pela marcação dos valores da longitude. Os resultados dessa aventura, conhecida como a Expedição Geográfica dos Padres Matemáticos, teriam particular importância na consumação posterior da Demarcação dos Limites nos Tratados de Madrid (1750) e Santo Ildefonso (1777).

Por outro lado, a ruptura tradicionalmente estabelecida por uma historiografia essencialmente preocupada com a clarificação dos efeitos da Reforma Pombalina em Coimbra estende-se às formulações respeitantes aos espaços físicos e ao sentido ideológico da «nova» estrutura arquitectónica destinada a acolher os saberes. Assim, clareza, racionalidade e equilíbrio formal davam agora sentido ao modelo neoclássico que, intransigentemente, deveria formatar a matriz universitária. Negligenciando sinais como, ainda na primeira metade do século XVIII, a aposta na definição neoclássica da Via Latina ou as ofertas de um plano de horto botânico e de um microscópio com que o médico português Jacob de Castro Sarmiento (a partir de Londres) dotou a Universidade em 1731, privilegiou-se uma leitura de contrastes, antes e após 1772, assente, na realidade, num patamar bem mais complexo. De facto, à Universidade pré-pombalina eram tão familiares os desígnios da cultura neoclássica como as intenções de modernização por via de uma erudição actualizada. Pela mesma ordem de razões, os esforços conciliados do diplomata D. Luís da Cunha em apetrechar a Livraria da Universidade (Biblioteca Joanina), na década de 30, dos textos científicos mais actualizados denuncia a presença dos «*manuals que a Junta de Providência Literária adoptou para as Faculdades reformadas em 1772*» achando-se

na sua grande maioria, há muito arrumados nas estantes de vistosa chinoiserie que ornavam a majestática e actualizada livraria pública do Paço das Escolas. Não admira portanto que o corpo de conselheiros do Marquês de Pombal para as reformas do ensino tenha sido maioritariamente constituído por homens de formação académica, herdeiros espúrios da escola que criticavam⁸.

⁸ ARAÚJO, Ana Cristina, *op. cit.*, p. 32.

A gigantesca empresa que o dirigismo pombalino assumiu como relevante matéria de Estado e se propôs levar a cabo em Coimbra passava, assim, por várias frentes e com garantias de sucesso estabelecidas pela possibilidade de aproveitamento da imensa mole edificada e disponível com a saída dos jesuítas. Acompanhando a reforma dos Estudos, montou-se então a complexa engrenagem para a reforma dos edifícios com uma definição que, no essencial, se haveria de manter até hoje. Agindo em paralelo com a intensa campanha de difamação que recaiu sobre os Padres inacianos, as sucessivas provisões régias de 1772 davam conta dos novos planos para a Universidade reformada e desencadeavam um processo construtivo de amplas repercussões.

O Gabinete das Obras, rapidamente apetrechado com os recursos técnicos e humanos indispensáveis à prossecução das muitas dezenas de projectos a executar, foi liderado pelo tenente-coronel William Elsdén, a figura mais proeminente deste amplo processo construtivo. Na cadeia de relações institucionais de poder, o cume da pirâmide identifica-se com o Marquês de Pombal que encontra no Reformador-Reitor, D. Francisco de Lemos, o seu mais fiel aliado a quem, por sua vez, presta contas o director do Gabinete das Obras.

A colaboração dos oficiais do exército na reconstrução da Universidade pombalina justifica-se a partir de uma longa tradição que concilia as tácticas da guerra com uma formação matemática e sólida disciplina militar. Na *Aula de Fortificação e Architectura Militar* revigoravam-se, desde 1647, os corpos militares nos domínios da aritmética, da geometria, da astronomia, da geografia ou da arquitectura, e, nas lições do *Engenheiro Português* (1728-1729) de Manuel de Azevedo Fortes⁹, encontravam-se os ingredientes capazes da modernização dos exércitos que os levariam a tão reconhecido patamar também nos territórios ultramarinos. Não é, assim, circunstância fortuita que Elsdén, inglês e com prática no desenho de arquitectura e cartografia militar, se tenha rodeado em Coimbra de um corpo de oficiais (Isidoro Paulo Pereira e Joaquim de Oliveira – capitães; Manuel de Sousa Ramos, Teodoro Marques Pereira

⁹ Manuel de Azevedo Fortes identificou a figura do Engenheiro como, «*hum official Militar prompto para todas as funcções da guerra, ou seja ataque e defença das Praças, obras de fortificação, alojamentos, ou intrincheiramentos dos exercitos, para os aproches, para os ataques geraes ou particulares*», devendo dominar os imprescindíveis conhecimentos de «*Arithmetica; os Elementos de Euclides, a Geometria Pratica e a Trigonometria, a fortificação, ataque e defença das Praças; o uso dos instrumentos de Mathematica pertencentes à sua profissão; o methodo de tirar as plantas e cartas topographicas, com os seus perfis, elevação e fachadas, e o modo de os desenhar*». FORTES, Manuel de Azevedo, *O Engenheiro Português*, T. 2, Lisboa, 1729, pp. 424, 427-428.

da Silva, Guilherme Francisco Elsdén – filho do director do Gabinete das Obras – e Ricardo Franco de Almeida Serra como Ajudantes Engenheiros; o mesmo Manuel de Sousa Ramos e Inácio José Leão como Discípulos do Número e em ligação explícita à Academia Militar) que reproduziam e divulgavam (se não criavam também) os projectos arquitectónicos da Reforma. A nacionalidade inglesa de Elsdén terá sido outro factor de ponderação na escolha do Marquês para a liderança do processo construtivo. Por esta via, se garantia também a ligação à Europa considerada moderna e aos circuitos mais expressivos do neopalladianismo.

De igual forma, o *Regimento das Obras da Universidade* constitui poderoso instrumento que esclarece

tanto os objectivos da Reforma como as estratégias montadas para a sua realização. Ao denunciar a falta de uma mão-de-obra credível na cidade, com os danos resultantes das carências de formação, ao instituir um programa de hierarquias no controlo do processo construtivo e ao definir normas disciplinares na produção, abre-se o caminho para a instalação dos quadros militares na Reforma de Coimbra. São eles, em consonância com o que se passa nas obras mais emblemáticas do país, que assumem o papel da orientação e da vigilância de uma causa que vai directamente ao encontro das formulações pombalinas¹⁰.

O período que medeia entre 1772 e 1777, ano da morte do rei D. José, foi crucial na definição geral do programa político, ideológico, arquitectónico e urbanístico. Com o terreno preparado no âmbito elitizado das consciências, pensaram-se os espaços, dotados com os equipamentos em articulação às novas funções pedagógicas e científicas (em parte pela transferência dos instrumentos científicos provenientes do Colégio dos Nobres), determinou-se um sentido incondicionalmente neoclássico¹¹ para os edifícios, fabricaram-se os projectos de arquitectura e angariaram-se os meios (financeiros e humanos) necessários à realização das obras. No Paço das Escolas (com alguns projectos nunca realizados¹²); no claustro da Sé Velha e área adjacente para acolher a Imprensa da Universidade, importantíssimo instrumento na divulgação dos propósitos

¹⁰ CRAVEIRO, Maria de Lurdes, «A Arquitectura da Ciência», in *Laboratório do Mundo*, Cat. da Exposição, S. Paulo, 2004, pp. 52-53.

¹¹ À excepção do peculiar desenho de uma estrutura neogótica para o Observatório Astronómico a construir sobre a torre nova do castelo de Coimbra, seguramente o primeiro projecto elaborado para este espaço científico: *Ibidem*, p. 73.

¹² Como a constituição de nova livraria paralela à Joannina e enquadrando, as duas, a nova Capela Real. A execução deste projecto implicava forte matriz ideológica, na aliança entre os poderes, mas significava também a destruição da capela manuelina de S. Miguel: *Ibidem*, pp. 79-80.

reformistas; na zona do castelo, onde se haveria de construir até ao primeiro piso do Observatório Astronómico (depois deslocado para o pátio das Escolas); na colina em parte confiscada aos religiosos de S. Bento e destinada ao Jardim Botânico, até à intervenção no complexo jesuítico, a dimensão e o impacto da Reforma Pombalina permanecem reflectidos em toda a zona alta da cidade¹³.

Mas foi nos circuitos jesuíticos que se fez sentir uma pressão mais intensa. À extensão do edificado juntava-se a preocupação de dignificar um espaço agora reabilitado (na propaganda pombalina) pelas áreas de um saber finalmente iluminado. Não é por acaso que as obras atingiram aqui uma tão grande celeridade como se apresentariam também como as primeiras a estarem, no fundamental, concluídas e aptas ao seu adequado funcionamento.

A vontade de regularização do mundo jesuíta, e que a gravura de 1732 tão bem identifica, manter-se-á na distribuição planeada para as ciências experimentais. De facto, a grande mole trapezoidal que faz coincidir a igreja com o eixo (norte-sul) que se cruza em ângulo recto com outro nascente-poente, desembocando nos blocos exteriores, promove a formação de três pátios e um quarto que acolhe a sacristia. Numa volumetria de intransigente regularidade, só alterada pelo alçado da igreja, todos os blocos obedecem a uma constituição de dois pisos com marcação diferenciada nos cunhais angulares.

Na frente sul, a igreja continuou a desempenhar uma dominância agora realçada pelo seu novo estatuto de catedral. Junto da área destinada ao Cabido, a vignolesca fachada avançada da igreja viu retirado o emblema da Companhia mas preservou a iconografia dos santos mais caros ao ideário jesuíta. Santo Inácio de Loiola, S. Francisco Xavier, S. Luís Gonzaga e S. Francisco de Borja, em junção de forças com os apóstolos S. Pedro e S. Paulo, continuam hoje a reivindicar uma herança que tem correspondência no interior, onde foram também protegidos os retábulos encomendados pela Companhia ao longo dos séculos XVII e XVIII. Na organização interna da igreja provavelmente definida pelo arquitecto Baltasar Álvares, respei-

¹³ Idem, «Guilherme Elsdén e a introdução do neoclassicismo em Portugal», in *Portugal e Espanha entre a Europa e Além-Mar*, Coimbra, 1992, pp. 503-519; Idem, *Manuel Alves Macomboa. Arquitecto da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra*, Coimbra, FLUC, 1990; Idem, «A Arquitectura da Ciência»..., pp. 69-101; PIMENTEL, António Filipe, «Cidade do Saber/Cidade do poder. A Arquitectura da Reforma», in *O Marquês de Pombal e a Universidade*, Coimbra, Imp. da Universidade, 2000, pp. 265-288; AA.VV., *A Universidade e a Arte. 1290--1990*, Actas do Colóquio, Coimbra, IHA da FLUC, 1993.

¹⁴ CRAVEIRO, Maria de Lurdes, «Três projectos setecentistas para a capela-mor da Sé Nova de Coimbra», *Mundo da Arte*, n.º 1, II Série (1988), 81-85.

tando o modelo rectangular que incorpora a nave única e capelas inter-comunicantes com transepto integrado e capela-mor pouco profunda, só esta foi alvo de reformulação. Depois de 1772, a necessidade de conferir outra dignidade e amplitude cerimonial à Sé obrigou à sua duplicação em profundidade para 4 tramos, para acolher o cadeiral vindo da Sé Velha, os novos órgãos¹⁴ e, ao mesmo tempo, acentuar a regularização dos módulos definidos pelos eixos cruzados.

Na organização prevista dos saberes, e depois de alguns reajustamentos aos planos iniciais, o restante espaço foi entregue ao Museu de História Natural e ao Hospital Público. As dezenas de plantas elaboradas para o vasto recinto quadrangular dão conta da distribuição ordenada e regular que orientou toda a Reforma. O eixo central nascente/poente dividiu a ocupação fundamental partilhada entre as áreas do sagrado e do profano.

Para sul, a igreja da Sé era agora acompanhada pelo conjunto que integra a sacristia, um pequeno pátio rectangular e diversas acomodações reservadas à Sé. Do lado do claustro, o Cabido, cuja entrada neoclássica respeitou a centralidade definida pelo anterior pórtico no acesso ao Colégio de Jesus, ocupava as dependências organizadas a norte e a sul (que passariam também para a Universidade com o advento da República), enquanto em toda a frente nascente se desenvolvia o bloco do Museu de História Natural. Neste, as plantas circunstanciadas identificam a geografia dos saberes implantados nas várias salas dos dois pisos, correspondentes a uma fachada meticulosamente organizada por um sentido neoclássico que privilegia o corpo central rematado por frontão triangular onde se inscreve a alegoria da Natureza, modelada pelo escultor local Nicolau Vilela e passada à pedra por António Machado¹⁵. O primeiro piso ficou, à esquerda, reservado para a aula das experiências da luz e respectivas acomodações, à direita, para os espaços relacionados com a Farmácia que abrangia a frente norte do edifício. Daqui se estabelecia então, em estrita coerência científica, a ligação à área do Hospital Público. O segundo piso do Museu de História Natural contemplou, à esquerda, e

¹⁵ BENTO, Anabela, «O Escultor Nicolau Vilela e o tímpano do Museu de História Natural da Universidade de Coimbra», *Arquivo Coimbrão*, vol. XXXIII-XXXIV, (1990-1992), 1993.

numa geografia que se mantém obediente até hoje, as salas destinadas aos instrumentos da Física Experimental acrescidas de um anfiteatro; à direita da sala central, vaga, instalou-se o anfiteatro da História Natural e as ciências dos reinos mineral e vegetal, enquanto a norte a sala de maiores dimensões acolheu o reino animal. O eixo central nascente/poente recebe o Teatro Anatómico para a dissecação dos corpos, mais uma vez em articulação com o Hospital. Este, contando com uma lotação inicial para 68 doentes (número rapidamente duplicado), podia iniciar funções em 1779¹⁶. A sua localização acabaria por sofrer alterações: os primeiros projectos dão conta de uma ocupação estendida à totalidade da metade norte do complexo jesuítico (no primeiro piso), ocupando toda a área em torno dos dois pátios. Acabaria confinado ao envolvimento do pátio a noroeste mas alargado aos vários pisos; a partir daqui, e aproveitando parte da cerca dos jesuítas, o arquitecto Manuel Alves Macombo planearia o cemitério com os desenhos que registam as alterações feitas ao cimo da Couraça dos Apóstolos, correspondente ao ângulo formado entre as ruas Inácio Duarte e Padre António Vieira, onde foi necessário queimar algumas casas¹⁷.

A celeridade com que seriam cumpridos estes programas, mesmo a partir de planos sucessivamente reformulados, é expressiva da urgência, tanto da necessidade de implementar uma Universidade iluminada agora pelos saberes racionalizados e experimentais como da vontade política de visualização de um projecto eficaz e moderno que se confundia, afinal, com o Estado¹⁸, em grande parte, à revelia, amplamente publicitada, dos «apóstolos proscritos». De facto, a 30 de Junho de 1773, estava a funcionar o gabinete de Física Experimental sob a direcção do Dr. Dalla Bella; o Museu de História Natural estava, no mesmo ano, em formação acelerada sob as instruções do Dr. Domingos Vandelli; o Teatro Anatómico (no aparatoso culminar da escada monumentalizada) funcionava em princípios de 1774; o Hospital (que substituíra o Hospital Real ou de Nossa Senhora da Conceição, entretanto suprimido) concluía-se, no fundamental, nos finais de 1775¹⁹. Só em 1854

¹⁶ PITA, João Rui, «Medicina, Cirurgia e Arte Farmacêutica na Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra», in *O Marquês de Pombal e a Universidade...*, pp. 137-141.

¹⁷ CRAVEIRO, Maria de Lurdes, *Manuel Alves Macombo...*, p. 25.

¹⁸ PIMENTEL, António Filipe, *op. cit.*, pp. 285-288.

¹⁹ ALMEIDA, Manuel Lopes de, *Documentos da Reforma Pombalina*, vol. I, Coimbra, 1937, pp. 80-82, 90-91, 139, 214.

o Hospital ocuparia os colégios das Artes e de S. Jerónimo, onde se manteve até à década de 80 do século XX.

Frente ao Museu de História Natural, a antiga zona das cozinhas e refeitório jesuíticos sofreu empenhada intervenção. Os objectivos científicos dirigidos à descodificação da composição dos corpos remeteu para aqui o Laboratório Químico e determinou um compasso de espera sempre decorrente da vontade de modernização e aproximação aos modelos europeus mais vanguardistas²⁰. Suprimindo-se a ligação ao refeitório (na sequência do eixo nascente/poente), impunha-se a clareza racionalizada aos dois edifícios e forjava-se, ao mesmo tempo, a sua união na praça tutelada pelo Marquês de Pombal. Internamente, a organização regulada das salas do Laboratório foi adaptada para a recolha dos instrumentos que a equipa do Gabinete das Obras também desenhou e que se encontra na Fundação Biblioteca do Rio de Janeiro, num dos álbuns que a Corte de D. João VI transportou para o Brasil. Com uma planta em L, a fachada principal responde em toda a linha a cerrados critérios neoclássicos de matriz neopalladiana, em composição que privilegia a simetria com corpo central avançado e rematado pelo frontão triangular, redefinido nas obras do século XIX. O ritmo dórico estabelece a cadência de uma erudição que, mais uma vez, articulava arquitectura e ciência e fazia coincidir os modelos clássicos com a vertente intelectualizada do conhecimento. Hoje, honrando uma tradição que remonta aos finais de 1775, ano em que o Laboratório estava apto a receber as lições e experiências que lhe cabiam, instala-se aqui o Museu da Ciência da Universidade.

O fundamental dispositivo do Colégio das Artes, controlado pelos jesuítas desde 1555 (ainda na parte baixa da cidade), que transitou igualmente para a proximidade da Universidade acompanhando a ascensão da Companhia, pode ver-se em toda a sua grandeza na gravura de 1732. A partir de 1772, o Real Colégio das Artes foi destinado à *Mocidade Nobre, e Civil das Provincias da Beira Tras dos Montes, Minho e Partido do Porto* e dava corpo à reforma político-administrativa do país, desactivando também a débil experiência levada a cabo no

²⁰ Em carta datada de 12 de Fevereiro de 1772, o Marquês de Pombal escrevia ao Reitor D. Francisco de Lemos: *«Fica porem ainda aqui a Planta do Laboratorio Chymico, que foi necessario formar-se pelo modelo, que o Dr. José Francisco Leal trouxe por ordem minha da Côte de Vienna de Austria, havendo Eu conhecido, que o Paiz de Alemanha he aquelle, em que a referida Arte tem chegado ao gráo de mayor perfeição»*. *Ibidem*, vol. I, pp. 70-71.

Colégio dos Nobres (fundado em 1761 mas em funcionamento apenas em 1766). A estrutura básica do Colégio das Artes não sofreria as transformações de monta que as intenções denunciadas pelo reitor D. Francisco de Lemos faziam anunciar. Manteve-se a definição dos quatro blocos enquadrando o pátio central (privilegiando, como anteriormente, o bloco a norte) como permaneceram as estratégias de circulação e de acesso ao Colégio. No entanto, e perseguindo sempre a unidade e independência dos vários edifícios,

demolindo-se todas as Communicações, que dolozamente se fizeram para se affectar a apparente união de hum com o outro; de sorte que inteiramente fiquem independentes; e demolindo-se da mesma sorte os muros rusticos, com que o Páteo Nobre do mesmo Collegio das Artes foi com o mesmo dólo, e impiedade deturpado²¹.

desaparecia, assim, a emblemática capela de S. Francisco de Borja e autonomizava-se o recinto preparado para a elite da *Mocidade Nobre*. Na sequência do Laboratório e nas imediações dos terrenos de S. Jerónimo, o Colégio das Artes projectou as salas de aula para o piso térreo e reservou, na ala norte, espaço para uma capela ampla e para a sala dos Actos. Na ala nascente surgiam o refeitório, a cozinha e as zonas utilitárias. O piso superior manteve a capela jesuítica e organizou as celas do dormitório na mesma cadência ordenada que estrutura todo o edifício. Em 1777 o Reitor já fazia constar que «*Esta obra esta acabada, e o Collegio prompto no interior para poder servir*»²². Hoje, e em vias de uma nova intervenção, o espaço encontra-se ocupado por diversos serviços da Universidade e, maioritariamente, pelo Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia.

Impõem-se algumas conclusões exclusivamente centradas no aproveitamento do legado da Companhia de Jesus em Coimbra (remetido aos espaços físicos e aos incontornáveis potenciais científicos): em primeiro lugar, registre-se a extraordinária rapidez de execução dos projectos reformistas no âmbito do complexo jesuítico. Entre 1773 e 1777 todos os

²¹ LEMOS, D. Francisco de, *Relação Geral do Estado da Universidade (1777)*, Coimbra, 1980, p. 266.

²² *Ibidem*, p. 215.

espaços aqui consagrados estariam em condições de funcionamento e devidamente apetrechados. À excepção da Imprensa, instrumento fundamental na projecção ideológica da Reforma, a nenhum outro equipamento seria imprimida uma tal dinâmica construtiva. O Observatório Astronómico teria vida atribulada e só poderia ser inaugurado em 1799, no pátio das Escolas e numa versão mais modesta (do arquitecto Manuel Alves Macombo) do que a inicialmente prevista. No Jardim Botânico, as obras arrastar-se-iam ainda pelo século XIX. Após a morte do rei, os embaraços políticos e as dificuldades financeiras ditariam o atrofiamento das obras que tiveram de ser defendidas pelo Reitor em Lisboa, prolongando, assim, o processo reformista em circunstâncias muitas vezes de difícil sustentação.

Por outro lado, verifica-se a implantação de um circuito normalizado pela estética neoclássica, intransigentemente perseguida em todas as frentes, que integra uma cadência racionalizada na organização das diversas dependências construídas no interior dos edifícios e encontra correspondência numa prática urbanística regulada. Depois de 1777, e na continuidade do projecto reformista para a cidade, o Gabinete das Obras ainda tentava (sem êxito) a regularização monumentalizada da Couraça de Lisboa (do arquitecto José Carlos Magne²³), a via destinada a protagonizar o acesso nobilitado à alta universitária.

Em Coimbra percebe-se a identificação do neoclassicismo com a prática efectiva de um Ensino moderno e experimental sob a tutela do Estado. A presença constante do brasão régio atesta, também para o antigo conjunto jesuítico, um domínio que se quer agora revigorado e «universal». E se o neoclássico assume essa vertente de «colaboração»²⁴, na contaminação com outras «unidades estilísticas» historiograficamente consagradas, é, de facto, neste núcleo coimbrão que se revelam com toda a clareza os desígnios políticos do Pombalismo.

Seria exactamente do núcleo jesuítico que sairiam, de forma mais consistente, os saberes dirigidos ao Império. Com outra roupagem, o antigo complexo jesuítico voltaria, em par-

²³ CRAVEIRO, Maria de Lurdes, «A Arquitectura da Ciência»..., pp. 69-71.

²⁴ GOMES, Paulo Varela, *Expressões do neoclássico*, Pedroso, Fubu Ed., 2009, p. 32.

ricular ao Brasil, transformando o território em formidável e profícuo laboratório onde se ensaiaram todas as ciências a partir das regulares instruções ditadas. No desbravamento da natureza agreste, nos levantamentos cartográficos, nos registos dos mundos vegetal e animal, no desenvolvimento das ciências da astronomia, da matemática, da física ou da medicina, na arquitectura, no urbanismo ou na construção de cidades, era de um conhecimento forjado nos antigos espaços jesuíticos em Coimbra que saíam ainda as determinações que davam corpo tanto às ciências modernas como ao exercício de uma prática política de domínio territorial. De tudo isso darão conta os resultados das *Viagens Filosóficas* ao Brasil, os programas de ocupação de territórios inóspitos, o apuramento das artes da guerra ou da diplomacia. A acção jesuíta, particularmente activa no Brasil no século XVII e primeira metade do século XVIII (até à expulsão), voltava agora a operar na colónia portuguesa a partir da eficácia dos instrumentos estatais.

O *Compendio dos Elementos de Mathematica* (publicado por Inácio Monteiro no Colégio das Artes em Coimbra, em 1754 e 1756) forneceu ao Dr. Dalla Bella (o grande dinamizador do Gabinete da Física na Universidade reformada), se não a possibilidade de utilização das fontes mais actualizadas, pelo menos, a consciência de que a Física Experimental era matéria divulgada e discutida em Coimbra antes de 1772. Tal como foi ao ex-jesuíta Monteiro da Rocha que coube o relevante papel de principal mentor do programa de Estudos nas novas Faculdades de Filosofia e de Matemática²⁵.

Com propriedade, caberá dizer que, não fora a herança consistente fornecida pelo património jesuítico nos domínios físico e intelectual (mais do que o legado proveniente da experiência da Congregação do Oratório), e a Reforma Pombalina da Universidade teria, porventura, tomado outras direcções. E foi, em suma, a capitalização deste património que permitiu ao Marquês de Pombal arvorar a bandeira do Estado protector, onde a Escola ganha um sentido regenerador, garante de eficácia política, moral e científica.

²⁵ MARTINS, Décio Ruivo, *op. cit.*, pp. 200, 218-219.